

POSSÍVEIS OBSERVAÇÕES SOBRE ÉTICA ANIMAL A PARTIR DA LEITURA DE ERNST TUGENDHAT

Juliana Clemente Machado¹

Maria Clara Marques Dias²

RESUMO

Uma das principais funções da filosofia é nos fazer pensar criticamente sobre questões relativas ao nosso modo de vivenciar o mundo. Esta tarefa nos permite rever opiniões e atitudes perpetuadas sem a devida análise do seu conteúdo moral. Entretanto, verifica-se que alguns temas são pouco abordados por filósofos contemporâneos, como a nossa relação com animais não humanos. Assim, o objetivo deste trabalho foi proporcionar um espaço para análise das perspectivas do filósofo contemporâneo Ernst Tugendhat, especialmente no livro *Lições sobre ética*, buscando espaços em que a ética animal poderia ser discutida. A metodologia utilizada foi a revisão da obra, dialogando com outros autores e sugerindo pontos de possível inserção do tema ética animal. O resultado desta análise mostra que, com algumas exceções, grande parte das perspectivas filosóficas não contempla diretamente a ética voltada para animais não humanos. Todavia, nota-se o quanto a filosofia contribui para este diálogo se ampliar as suas considerações para além do foco antropocêntrico. Uma segunda percepção indica ainda que o próprio autor pouco fala sobre ética e animais, embora se verifique uma série de pontos em que a discussão seria possível. Serão apresentados alguns destes momentos no presente artigo. Tugendhat, portanto se mostra como um autor contemporâneo de importância tanto no conjunto de sua obra quanto na perspectiva de discussão do tema ética animal.

PALAVRAS-CHAVE: ética animal; Ernst Tugendhat; animais não-humanos; ética aplicada.

POSSIBLE OBSERVATIONS ON ANIMAL ETHICS FROM ERNST TUGENDHAT READING

ABSTRACT

One of the mainly functions of philosophy is to make us to think critically about issues related to our way of experiencing the world. This task allows us to revise opinions and

¹ Doutora em Bioética, ética aplicada e saúde coletiva (UFF). Docente na Faculdade do Sudeste Mineiro (FACSUM) atualmente lecionando nos cursos de Farmácia, Estética, Fisioterapia e Enfermagem. Docente na Escola Cenecista Monteiro Lobato (Rede CNEC) e no Colégio Nota 10.

² Possui graduação em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1986), mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1989) e doutorado em Filosofia - Freie Universität Berlin (1993). Realizou pós-doutorado na Universidade de Connecticut (2003), na Universidade de Oxford (2006/2007) e na Universidade de Tulane (2015). Atualmente é professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde integra como membro efetivo o programa de pós-graduação em Filosofia e o programa interinstitucional e interdisciplinar de pós-graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Ética, Filosofia Política e Filosofia da Mente.

attitudes perpetuated without proper analysis of its moral content. However, it appears that some issues are neglected by contemporary philosophers such as our relationship with nonhuman animals. So, the objective of this study was to provide a space for analysis of the perspectives of the contemporary philosopher Ernst Tugendhat, mainly in the book *Lectures on ethics* searching for moments in which animal ethics could be discussed. The methodology used was the review of written work dialoguing with other authors and suggesting points of possible insertion of the animal ethics. The result of this analysis shows that, with few exceptions, most of philosophical perspectives do not deal directly toward the nonhuman animals. However, during the reading, we can see how philosophy could contribute to this dialogue if extend its considerations beyond the anthropocentric focus. A second perception also indicates that the author says little about ethics and animals, although during the reading, there is a series of points where this discussing is possible. Some of these moments will be presented in this paper. Tugendhat, therefore, is a contemporary author of importance both in his work as a whole and in the perspective of the discussion of animal ethics.

KEY-WORDS: animal ethics; Ernst Tugendhat; nonhuman animals; applied ethics.

Introdução

O livro *Lições sobre ética*, de Ernst Tugendhat, foi publicado pela primeira vez em 1993 e se encontra na sua 8ª edição (2010). O objetivo desta obra é identificar uma concepção mais plausível de bem, perante as concepções morais disponíveis. Tugendhat defende o conteúdo do princípio moral kantiano, o princípio do respeito universal, como aquele que melhor atende a demanda moral. Contudo, o autor recusa a fundamentação proposta por Kant, baseada em um conceito nada trivial de “Razão”.

Embora, durante a leitura seja possível compreender a inclusão dos animais na discussão da ética, esta tarefa não é objetivo do autor. Tugendhat destaca que discutir a moral relativa a humanos é uma tarefa mais simples (pág. 192). Assim a verificação da ética animal fica reduzida a pequenos espaços no livro, principalmente na 9ª lição (Ética da Compaixão). Porém, os leitores interessados em uma ética capaz de incluir os animais não humanos, irão enxergar a possibilidade de incluí-los em diversos momentos do livro. Evidenciar estas ocasiões dialogando com outros autores é a tarefa do presente trabalho.

Análises das lições: o que elas podem acrescentar ao debate sobre ética ANIMAL?

Na 1ª lição, Tugendhat apresenta as definições contemporâneas de moral e ética. Entende-se como avaliação moral aquela que se dedica a verificar se uma ação é boa ou má, se deve ser proibida ou permitida. Logo, diz respeito à melhor forma de relacionar-se com o outro, a nosso ver, independente da espécie. O complemento *independente da espécie* já

deveria ficar claro na definição clássica da moral, embora apenas em algumas abordagens filosóficas contemporâneas o outro possa ser entendido como qualquer ser vivo ou entidade natural. Esta recusa em incluir o outro não humano é compreensível já que apenas recentemente o outro de sexo e/ou cor diferentes, por exemplo, passou a possuir consideração moral. Se isto é assim com a nossa espécie, com os animais não humanos a ausência desta preocupação é ainda mais marcante. Todavia, o abandono desta perspectiva especista é premente, pois como destacado por Caselas (2011) a grande separação entre os sujeitos humanos e não humanos traz consequências éticas, estéticas e metafísicas, restando aos não humanos consequências negativas desta imagem degradada. Resgatar um novo olhar sobre estes dois polos, segundo este autor, permite uma aproximação importante entre Animalidade e Humanidade e, em acordo com pensadores contemporâneos, pode trazer uma perspectiva mais promissora de futuro.

Ainda na 1ª lição, é apresentado o conflito entre ética e religião. O autor sugere que a religião não deve fundamentar as normas morais, pois exclui pessoas que não compartilham daquele ponto de vista. Neste momento, é possível pensar em que medida as práticas religiosas que fazem uso de animais em sacrifícios têm o seu lugar na cultura atual. Não é possível compreender que são atividades éticas, embora justificáveis a luz da religião em que estão inseridas. Fica evidenciada, portanto, a necessidade constante de refletir sobre as relações entre moralidade e religião.

Tugendhat apresenta a idéia kantiana de que devemos respeitar igualmente cada indivíduo, o que significa não instrumentalizar ninguém. Entretanto, embora seja possível compreender *cada um* como sendo *qualquer ser* e *ninguém* como *nenhum ser*, o foco de Kant é voltado para os seres entendidos como pessoas, excluindo os animais não humanos.

Algo também discutido nesta lição é a lacuna entre o reconhecimento de um fato ou do conteúdo epistêmico de um enunciado e a motivação moral. A lacuna diz respeito à distinção entre enunciados descritivos e enunciados valorativos. Por exemplo, no enunciado “A vaca sofre quando a matamos para comer e isto é errado”. A porção da frase *isto é errado* expressa um juízo valorativo. Embora reconheçam o sofrimento dos animais, muitos se recusam a concordar com a segunda parte desta frase por não se sentirem motivados a abrir mão de um costume ou gosto particular em prol de uma nova perspectiva ética. Falta-lhes, portanto, a motivação moral, embora compreendam e concordem com o conteúdo assertivo do enunciado. Ao concordar com o juízo valorativo em questão, o agente deveria reconhecer boas razões para agir de maneira coerente com este discurso.

Na 2ª lição, Tugendhat procura esclarecer de forma mais detalhada a distinção entre enunciados assertivos e prescritivos. Compõem exemplos de enunciados prescritivos as leis jurídicas, as normas de etiqueta, as regras de jogo e as normas morais. Somente as normas morais têm a pretensão de universalidade o que nos leva a crer que somente estas deveriam incluir de antemão todos, ou *justificar* a exclusão de entidades de um determinado tipo, como, por exemplo, os animais não humanos.

Neste capítulo, o autor também destaca que os juízos morais não devem ser entendidos como uma expressão de estados subjetivos do agente, e sim objetivamente, ou seja, como juízos que erguem pretensão de objetividade. Tugendhat apresenta então, o imperativo categórico kantiano como a melhor expressão de nossas convicções morais ou como a concepção de bem mais plausível nas sociedades atuais. Segundo este imperativo, uma ação seria correta, não em função de sua finalidade, mas sim por satisfazer ao princípio de universalização, através do qual todos os demais integrantes da comunidade moral têm seus interesses igualmente contemplados. Tendo em vista esta perspectiva, não seria aceitável, por exemplo, infringir sofrimento, inutilmente, a quem quer que seja. Deste modo, a clássica perspectiva kantiana já deveria incluir em sua formulação a consideração moral a seres não humanos. Porém, Kant destaca que para ser considerado moralmente o indivíduo deve ser considerado um fim em si mesmo, ou seja, deve ser racional e livre, no sentido de ser capaz de se autodeterminar ou de eleger seus próprios fins, o que para ele não é o caso dos animais não humanos. Estes seriam um meio para um fim que é o homem. Porém, se assim for, todos os seres humanos, que também não possuem o poder de autodeterminação, não deveriam ser objeto de consideração moral, podendo, portanto, ser instrumentalizados. Esta possibilidade, no entanto, é recusada pela maioria de nós e, certamente, seria recusada pelo próprio Kant.

Na 3ª lição discute-se a existência da expressão “ética particular”. Quando uma pessoa assume que come animais e acrescenta que isto não contradiz sua ética particular, está sendo incoerente. Uma ação é boa ou má em si mesma, onde quer que ocorra, qualquer que seja o agente que a pratica, qualquer que seja seu objeto. É neste sentido que as normas morais erguem uma pretensão de validade universal, tornando a idéia de uma moral ou ética particular um cotrassenso.

Neste capítulo o autor destaca ainda, que a motivação e o agir moral, estão relacionados tanto ao modo como queremos ser vistos e reconhecidos socialmente, como ao modo que nós mesmos nos vemos. Isto explica certos sentimentos gerados em nós, quando infringimos nossas próprias convicções morais. Um vegetariano, por exemplo, acredita que

não comendo carne está contribuindo para a implementação de padrões morais mais abrangentes. Agindo assim, ele quer que os demais indivíduos identifiquem suas convicções e o reconheçam como um vegetariano. Mas o que dizer das situações em que não está sendo observado? Poderia se alimentar de carne, sem ser julgado. No entanto, sua convicção de que se abster de carne é parte constitutiva da sua perspectiva moral, fará com que se sinta culpado ou envergonhado todas as vezes que infringir esta regra. Tais sentimentos atuam como uma sanção interna, fundamental para a formação de consciência moral.

Ainda na 3ª lição, Tugendhat afirma que os conteúdos realmente morais são aqueles que geram em nós indignação quando não cumpridos e que nos levam a exigir uns dos outros o seu cumprimento. Um exemplo utilizado pelo autor na página 63 da 8ª edição, diz respeito à Ética Animal (talvez o primeiro momento em que o tema é abordado). Tugendhat aponta ausência de posição moral daqueles que dizem “Os outros podem fazer ou deixar de fazer o que quiserem em relação aos animais, eu *de minha parte* não suporto que estes sejam maltratados”. Para o autor, essa pessoa deveria *exigir* que os outros achessem o mesmo, exibindo sua indignação e obrigando os demais que assumam este novo conteúdo – inclusão dos animais – em sua consideração moral.

Concordamos em parte com Tugendhat. Na medida em que nos indignamos frente a uma ação negativa direcionada aos animais, devemos sim nos manifestar contra e lutar para que esta visão seja modificada, através de ações políticas, ações voluntárias individuais e coletivas, programas de educação, manifestações públicas e outras formas de expressão. Entretanto, é necessário observar que posições extremadas não têm contribuído muito para a causa e que por vezes, uma postura mais pacífica pode surtir mais efeitos, no sentido de trazer mais resultados para a própria causa. Os conflitos tentando provar a imoralidade de uma ação ocorrem, muitas vezes, entre partidários de uma mesma causa que discordam quanto à forma de implementar certas convicções. Este debate, embora importante, não é o foco central da ética animal e acaba retardando modificações reais no universo dos animais.

Passando para a 4ª lição, o autor critica o caráter dogmático e a dificuldade de fornecer argumentos de aceitação universal da moral religiosa. Neste sentido, argumentos que apontam os animais não humanos como “também sendo filhos de Deus”, como “possuem uma alma que os homens devem amar” ou como “estão tão próximos de Deus como os próprios homens”, não conseguem resgatar a pretensão de validade universal de um enunciado moral, pois o argumento só será aceito por aqueles que partilham a mesma crença.

Também nesta lição, há uma interessante crítica à conhecida “Regra de Ouro” que afirma que devemos nos comportar em relação aos outros da maneira como gostaríamos que os outros se comportassem conosco. Esta regra está relacionada a uma perspectiva contractualista da moral, em que todos estão interessados na cooperação na medida em que serão beneficiados por este sistema (“Coopero com você para que você perceba que estou cumprindo a norma e, portanto, que também a cumpra, cooperando comigo”). Assim, a ação não é executada porque é boa em si mesma, mas porque há um acordo ou contrato a ser cumprido. Onde este puder ser violado, sem prejuízo para aquele que o viola, possivelmente, será. Para os animais não humanos, esta perspectiva fica ainda mais complicada, pois neste caso o outro não participa do contrato, ou seja, não há a requerida simetria entre as partes. O contractualista poderia indagar: “Por que razão devo considerar moralmente os animais não humanos, se não consigo reconhecer nenhuma vantagem pessoal nesta atitude?”. Talvez a possibilidade de uma sanção social ou legal, portanto, uma sanção externa, faça com que tenha interesse em preservar um bom comportamento em situações públicas, onde é observado e julgado por seus semelhantes. Mas nada o impediria, por exemplo, de envenenar um gato escondido ou de maltratar um cavalo, quando ninguém o estivesse observando, pois não haveria qualquer tipo de sanção interna e sua consciência moral seria praticamente nula.

Um exemplo de um contractualista assumido dentro da perspectiva da ética animal é o filósofo Jan Narveson. O autor reconhece que os animais possam ter muito a nos oferecer e, neste sentido, teríamos uma razão para não tratá-los com crueldade. Contudo, os animais não teriam direitos e não poderiam ser considerados sob o ponto de vista moral. A posição deste autor é apresentada no livro de Pedro Galvão intitulado *Os animais têm direitos?* (2010).

Na 5ª lição, Tugendhat apresenta a perspectiva moral kantiana e defende a concepção de bem expressa pelo conteúdo de seu imperativo categórico, o princípio do respeito universal, como a melhor expressão de nossas convicções morais. Na página 94, o autor afirma com base em Kant, que a alternativa ao egoísmo é o respeito para com qualquer indivíduo. É lamentável que esta perspectiva não inclua também os animais não humanos. As razões são, contudo, claras, pois em Kant o objeto de respeito moral é todo aquele que possa ser considerado como um fim em si mesmo. Esta caracterização, por sua vez, está diretamente relacionada com certa noção de razão e de liberdade que os seres humanos seria capazes de expressar. Respeitar, nesta perspectiva, significa reconhecer o poder de autodeterminação de um indivíduo e assumir o compromisso moral de preservá-lo. Seria difícil ou, pelo menos,

bastante controverso atribuir autodeterminação, neste sentido, à grande maioria dos animais não humanos.

Tugendhat afirma que ao nos perguntarmos, se queremos fazer parte da comunidade moral, estamos, em última instância, perguntando pelo tipo de pessoa que queremos ser. Gostaríamos aqui de ressaltar que esta é exatamente a pergunta que os defensores da extensão da nossa consideração moral aos animais não humanos procuram, na prática, também responder. Queremos ser vistos como aqueles que estendem a noção de respeito moral para além dos limites da nossa espécie. Neste contexto, alternativas ao vegetarianismo, por exemplo, não partilham estas convicções morais. Reconhecemos, contudo, que certos projetos, por exemplo, o “segunda-feira sem carne”, que propõe que todos - inclusive os onívoros - se abstenham de carne ao menos nas segundas-feiras, contribuem para uma reflexão moral, embora não contemplem a perspectiva moral que garante o igual respeito também para animais não humanos. Exigir a abstinência de qualquer produto de origem animal (veganismo), pode não surtir efeito imediato dado o grande desafio que isto representa para muitos. Diante de uma exigência que lhes pareça excessiva, é possível que muitos optem por circunscrever o âmbito da moralidade aos humanos e prefiram reconhecer apenas uma atitude paternalista ou certa compaixão para com as demais entidades. Assim, apresentar alternativas possíveis para estes indivíduos fará com que pouco-a-pouco a consciência moral envolvendo os animais passe a fazer parte de suas vidas.

As 6^a e 7^a lições tratam da *Fundamentação Metafísica dos Costumes* de Kant. Tugendhat entende por fundamentação da moral a tentativa de justificar uma concepção de bem, e os princípios dela derivados, perante concepções concorrentes. Neste sentido, irá recusar a tentativa de fundamentação proposta por Kant, por estar baseada numa noção de razão pura prática, livre de qualquer inclinação sensível e adotar o imperativo categórico em sua segunda formulação, como a concepção de bem mais plausível.

De acordo com Kant somos morais quando nos deixamos determinar exclusivamente pelo imperativo moral da razão. Porém, pensemos, por exemplo, nos que se alimentam de carne. Apesar de gostar e querer comer carne, muitas pessoas, se fossem bem informadas, se recusariam a participar ou mesmo endossar os meios de obtê-la. Por esta razão, a indústria da carne transforma a imagem da carne em objetos que quase não são percebidos como animais. Isto indica como somos vulneráveis às nossas inclinações sensíveis e que elas podem inclusive ter um papel determinante na adoção das nossas atitudes morais. A maquiagem dos

alimentos somente se faz necessária porque precisamos neutralizar os impulsos da nossa sensibilidade.

Na 8ª lição Tugendhat trata da ética do discurso. Nesta proposta, a fundamentação da moralidade é garantida a partir do estabelecimento de uma situação de fala ideal, que inclui a igual oportunidade de participação no diálogo para todos os integrantes de um discurso de fundamentação racional. Situações em que há assimetria de poder são eliminadas já que todos devem ter chances iguais de expressão. O aspecto crítico desta fundamentação é admitir apenas falantes que possam estabelecer entre si total simetria participativa. Isto exclui as situações em que as partes estão em condições claramente assimétricas, tais como a de pais e filhos, senhores e escravos e, finalmente, seres humanos e animais não humanos.

A 9ª lição do livro trata da ética da compaixão, defendida particularmente por Shopenhauer. Trata-se da lição que apresenta um enfoque maior para a questão dos animais, crianças e vida pré-natal. Esta ética é oposta à kantiana na medida em que assume a existência de uma emoção natural e não de uma razão pura. O fundamento moral aparece aqui como sendo um sentimento, a saber, a compaixão.

A crítica de Tugendhat à Shopenhauer está voltada para o caráter prescritivo da moralidade depender da existência de certos sentimentos. Segundo o autor, em muitos casos agimos por uma obrigação moral – nos moldes kantianos – sem que nossa atitude venha acompanhada de qualquer sentimento de compaixão. Além disso, a compaixão não é um sentimento igual em todos e em algumas pessoas ela nem mesmo existe. O sentimento de compaixão pode ser parte constitutiva da nossa moralidade, mas não seu fundamento.

Dada a caracterização dos agentes morais como seres cooperativos, Tugendhat aceita que também seres não humanos, mas capazes de cooperação, possam integrar a nossa comunidade moral. Esta idéia permanece, contudo, nebulosa, pois não sabemos com clareza o que está sendo entendido aqui por “cooperação”. Além disso, é suposta uma reciprocidade simétrica entre os envolvidos, que serão, ao mesmo tempo, sujeitos e objetos morais, capazes de cumprir seus deveres e exigir seus direitos. Este aspecto exclui, evidentemente, grande parte dos possíveis concernidos, e, mais especificamente, os animais não humanos.

Mas por que a nossa consideração moral para com o outro deve estar associada à semelhança? Uma perspectiva mais plural não exigiria esta simetria permitindo a inclusão, não só dos animais, mas também dos bebês e deficientes mentais graves. Além disso, podemos pensar em uma concepção mais abrangente de cooperação, na qual animais não humanos poderiam ser incluídos sem dificuldade.

A 10ª lição discute a obra de Alasdair MacIntyre. Aqui teremos uma crítica a qualquer concepção moral que desconsidere a ordem socio-cultural-histórica dos agentes. MacIntyre rejeita o peso concedido à autonomia e à racionalidade das concepções reinantes a partir da modernidade e busca um retorno a uma ética das virtudes.

Uma importante - embora indireita - contribuição de MacIntyre para a ética animal, é encontrada no livro *Dependent Rational Animals* (1999), não comentado por Tugendhat. MacIntyre defende que não apenas seres humanos têm capacidade comunicativa, capacidade esta, reconhecida por muitos como suporte para a inclusão em uma comunidade moral. O autor critica a caracterização tradicional dos seres humanos como animais racionais e inclui em sua definição o caráter essencial da dependência da vida humana de cuidados e de sua relação com outras vidas humanas. Segundo esta caracterização, seres humanos são, essencialmente, animais, racionais e dependentes. Deveríamos nos reconhecer como uma espécie particular de animal, entendendo nossas práticas como conseqüências dessa natureza. Embora o objetivo do livro de MacIntyre não seja discutir ética animal, ele nos oferece uma interessante forma de refletir sobre a utópica distância que julgamos existir entre nós e os demais animais.

O objetivo da 11ª lição é examinar o conceito de virtudes procurando distinguir uma moral de virtudes de uma moral de princípios. As virtudes são propriedades de caráter dignas de aprovação e um ato moral será correto se for feito por um indivíduo virtuoso. Segundo Panaman (2008), as qualidades de caráter de um agente virtuoso são, por exemplo, beneficência (fazer o bem moral aos outros); igualdade (visualização de todos como moralmente iguais); justiça (tratar os outros de maneira moralmente justa); respeito (consideração pelos direitos morais de todos) e universalidade (entender as ações morais como válidas para todos, em todos os lugares e em todos os tempos). Se nas definições anteriores entendermos como “outros” e “todos”, seres humanos e demais animais, perceberemos que esta é uma teoria bastante inclusiva e interessante para a defesa da ética animal. Se nos perguntarmos agora: “que tipo de pessoa eu quero ser?”, podemos, com base na ética das virtudes, responder: “uma pessoa virtuosa”. Incluir animais não humanos no foco das nossas considerações será fundamental para que cumpramos este objetivo. Preferir empresas que não utilizam animais ou que apóiam causas relacionadas à ética animal, por exemplo, pode ser uma tentativa de ser moralmente virtuoso e/ou apoiar aqueles que, teoricamente, também o são. No livro *The Oxford Handbook of Animal Ethics* de Tom

Beauchamp e Raymond Frey (2011), encontramos uma extensa análise da conexão entre ética animal e ética das virtudes.

As 12^a e 13^a lições tratam da ética das virtudes na perspectiva de Aristóteles. Aristóteles fala sobre o supremo bem, assumindo que o que todos buscamos, em última instância, é alcançar a felicidade. Para Aristóteles, felicidade e moral são temas inseparáveis, pois só é feliz aquele que age moralmente.

Na página 244, Tugendhat apresenta a visão aristotélica de que o ser vivo “aspira” viver e não só isso, aspira viver bem. Embora Aristóteles não enfoque os animais, podemos pensar que este é o fim último de todos os seres vivos – viver bem, mesmo que não conscientes desta tarefa. Desta forma, não nos é permitido interferir no “viver bem” de outros seres sem que tenhamos fortes argumentos para isto. Aristóteles traça, porém, uma distinção entre a vida animal e humana, pois enquanto os outros animais estão para ele determinados exclusivamente pelos sentimentos de prazer e desprazer, no homem estes sentimentos são dirigidos pela reflexão.

Destacando o fato dos animais não humanos serem muitas vezes compreendidos como sendo ao menos capazes de desfrutar prazer e desprazer, poderíamos apontar que a simples desconsideração destas capacidades já seria moralmente condenável. Ao caracterizar as diversas formas de existência animal, Aristóteles fala das capacidades ditas corporais e, “além disso”, pela expressão do próprio autor, da capacidade de reflexão. Entre animais humanos e não humanos, haveria, assim, uma base comum.

A 14^a lição apresenta o aprofundamento da Teoria de Aristóteles segundo o filósofo Erich Fromm. Fromm relaciona, mais uma vez, a moralidade à felicidade. O autor defende que o interesse fundamental de um indivíduo é o desenvolvimento de sua relação para com os demais, através do amor e da amizade. Fromm reconhece também a importância da relação com o outro não humano, o que chamará de um tratamento bem sucedido de *objetos*. Embora inadequadamente utilize a palavra objeto, o pensamento de Fromm aponta para um relacionamento positivo com os animais. Isto fica evidente na nossa relação com os animais de estimação, pois, em tese, a estima relaciona-se exatamente aos sentimentos de amizade e amor. Dizemos “em tese” porque em muitos casos, o que podemos observar é uma relação, não baseada na amizade e no amor, mas ao contrário, na obtenção de benefícios unilaterais, como o preenchimento do sentimento de solidão e externalização do sentimento de superioridade.

A crítica de Tugendhat à perspectiva de Fromm está relacionada ao fato de não podermos interpretar muitas de nossas atitudes morais baseadas em sentimentos como amor e amizade. Além disso, o amor e a amizade parecem ir além de uma conduta meramente moral. Não é necessário amar os animais para considerá-los moralmente. Segundo Tugendhat, somos livres para delimitar o alcance de nossa *motivação* moral, mas não nossa *atitude* moral. Costumamos limitar nossa motivação para agir moralmente àqueles que estão próximos de nós, como parentes, amigos e seres da mesma espécie. Não negamos que sob o ponto de vista moral devemos a mesma consideração aos que estão distantes, mas muitas vezes falta-nos motivação para agir de tal forma. Isto prova, de acordo com Tugendhat, o caráter limitado de qualquer argumentação moral que esteja meramente focada na questão da motivação e reforça a importância do reconhecimento do caráter prescritivo de um princípio moral.

A 15ª lição avalia a doutrina das virtudes interpretada por Adam Smith. Esta perspectiva introduz a figura de um observador imparcial que julga os afetos e atitudes dos demais, avaliando o poder de “simpatizar ou não” com eles, na perspectiva de um mero observador, ou seja, um não participante. Ao mesmo tempo, o observador imparcial julga todas as ações indagando se pode desejá-las a partir da perspectiva de qualquer um, no sentido kantiano. Assim, Smith complementa a interpretação do imperativo categórico kantiano introduzindo a idéia dos afetos. Devemos considerar as ações e os afetos que as envolvem de maneira imparcial, o que difere de Shopenhauer e amplia a perspectiva de Aristóteles.

Tugendhat reinterpreta as noções de respeito e reconhecimento propostas por Adam Smith. Para ele, respeitar alguém significa reconhecê-lo com sujeito de direitos. Se a ética animal defende que devemos respeitar os animais, a apresentação de Tugendhat, se ampliada, definirá este respeito, como o reconhecimento de que estes também podem ser sujeitos de direito morais. Para Tugendhat, o respeito à liberdade do outro é uma parte importante do seu respeito enquanto sujeito de direito, algo que também é defendido pela ética animal. Entretanto, Tugendhat assume que estar consciente da sua autonomia é uma expressão do autorrespeito e que este estaria ausente nos animais não humanos. De fato, podemos supor que a consciência da autonomia e sua defesa possam estar ausentes nos animais não humanos. Porém há um sentido mais simples de liberdade, no qual faz sentido dizer que qualquer animal é capaz de lutar por ela. Desta forma, mesmo que este outro, no caso o animal não humano, não tenha consciência ou exija claramente o respeito a sua liberdade, nós como agentes morais devemos fazê-lo. Tugendhat afirma que o respeito é central em relações de

amor e de amizade e fundamental em relações assimétricas. Este é o caso de grande parte das relações entre os seres humanos e os demais animais.

A 16ª lição novamente defende o princípio kantiano como o único plausível e o compara com outras formas de pensar a moral, como a moral da compaixão, a moral que inclua a participação do Estado e o utilitarismo.

Com relação à ética da compaixão, Tugendhat reafirma a dificuldade de basearmos o caráter prescritivo da moralidade em afetos, dado o caráter contingente dos mesmos. No caso dos animais não humanos, como já discutimos aqui, a ética da compaixão colocaria a sua consideração na dependência de nossa capacidade de nos compadecemos ou não com seu sofrimento.

Com relação à adoção de uma moralidade de Estado, Tugendhat ressalta que ao adotar esta perspectiva estaríamos eliminando uma distinção bastante cara aos teóricos da moralidade: a distinção entre moralidade e legalidade. Separar a moralidade e as prescrições do Estado facilita a discussão e a tomada de decisões sobre temas polêmicos, assim como também torna possível uma avaliação imparcial da própria legislação. Quando o Estado adota uma posição oficial com relação a certas questões morais, a discussão acerca das mesmas torna-se muito mais difícil. Este é o caso do aborto e da eutanásia, por exemplo. Podemos pensar o mesmo com relação ao tratamento de animais não humanos. Exigir estratégias de bem-estar animal em fazendas de produção, redução no número de animais usados na experimentação, refinamento das técnicas em laboratório, substituição de animais por métodos alternativos e pareceres de comitês de ética são medidas que buscamos implementar moralmente, ainda que, sob o ponto de vista da legislação não possamos falar com propriedade de “direitos dos animais”.

A outra proposta moral discutida em comparação ao kantismo é o utilitarismo. Em linhas gerais, os utilitaristas assumem que a melhor conduta é aquela que proporciona a maior satisfação de interesses para o maior número de concernidos. Tugendhat reconhece que o utilitarismo permite responder a uma questão negligenciada tanto pelo kantismo, quanto pela ética das virtudes: qual seria a melhor maneira de nos comportamos diante diversas alternativas através das quais muitos indivíduos serão positiva ou negativamente afetados por nossa decisão. Entretanto, para Tugendhat, a crítica principal ao utilitarismo diz respeito ao fato de que ele subsume regras e ações à maximização da felicidade, desconsiderando certos direitos e garantias individuais.

O utilitarismo tem sido uma forma comum de pensar a ética animal tendo a sciência como base de consideração dos interesses. Isto inclui não sentir dor e/ou sofrimento e experienciar prazer. Assim, o primeiro passo para responder à pergunta “como nos comportamos melhor quando estamos diante de diversas alternativas através das quais indivíduos serão positiva ou negativamente afetados”, será a compreensão de indivíduos como “seres sencientes”. A resposta deve ser segundo o utilitarismo, aquela atitude que reduz o sofrimento do maior número de sencientes envolvidos. As práticas que desconsideram esses interesses devem ser abandonadas porque são especistas e banalizam o sofrimento que compartilhamos com os demais animais.

Ainda na 16ª lição, a crítica de que a perspectiva kantiana não fornece praticidade na tomada de decisões, é resolvida por Tugendhat ao sugerir uma posição pragmática que mescla a visão de Kant e de Adam Smith superando o utilitarismo. Ele propõe que aquele que julga moralmente (i) deve considerar igualmente os diversos afetados (visão de Kant) e (ii) deve resolver o conflito de interesses e normas considerando imparcialmente o interesse de todos os envolvidos (visão de Smith). Esta proposta desencadeia na perspectiva dos Direitos, discutida na 17ª Lição.

Na 17ª lição, Tugendhat assume que o comportamento moral consiste em reconhecer o outro como igual sujeito de direitos: as obrigações que temos com o outro correspondem aos seus direitos. O foco de Tugendhat são os direitos humanos, entretanto a perspectiva dos direitos também tem sido muito utilizada na ética animal. Segundo esta visão, alguns animais (vertebrados principalmente) são capazes de experienciar estados psicológicos que os fazem mais do que matéria animada. Alguns deles serão vistos ainda, como sujeitos-de-uma-vida, possuindo valor inerente e devendo ser tratados como fins em si mesmos.

Na perspectiva dos direitos humanos todos os seres humanos são portadores de direitos que podem, de alguma maneira, ser exigidos. Já para os animais, a posição de pacientes morais, não exige que estes tenham a capacidade de cobrar estes direitos, cabendo a nós, agentes morais, protegê-los. Os direitos defendidos por esta visão são os ditos fundamentais que, segundo Henry Shue, citado por Tugendhat, são aqueles direitos necessários para que possamos vir a desfrutar de outros direitos.

Na página 357, em uma nota de rodapé, Tugendhat relata que em momentos posteriores entendia o conceito de direitos para animais como uma posição sem sentido, pois para que um sujeito possuísse direitos deveria ser capaz de cobrá-los. Entretanto, pensando, por exemplo, nos direitos das crianças, que de fato reconhecemos sem que elas possam cobrá-

los de nós, o autor recua e concorda com o argumento de que o discurso sobre direitos não pressupõe que estes possam ser cobráveis pelo possuidor. Tugendhat não possui uma posição clara quanto à inclusão dos animais na esfera moral, mas entende que se assumirmos esta posição e, além disso, concordarmos que estes têm direitos, então devemos exigir uma posição correspondente do Estado. Finaliza o seu pensamento dizendo que *se* existem obrigações morais para com os animais, estas são apenas obrigações negativas – não fazer o mal.

Embora não tenha sido comentado por Tugendhat, destacamos que existe hoje um acirrado debate na ética animal entre as perspectivas do utilitarismo e dos direitos. Carlos Naconecy no livro *Ética e Animais* (2006) mostra que ambas acreditam que muitas espécies de animais têm status moral, entendem que as diferenças que existem entre nós e os demais animais não justificam o modo como os tratamos e que a existência de status moral exige que modifiquemos nossas atitudes. Contudo, enquanto para o utilitarismo o que está errado é o sofrimento que infringimos aos animais, para os defensores da teoria dos direitos, o que está errado é o próprio uso dos animais, de qualquer maneira e para qualquer fim.

A 18ª lição aborda o tema Justiça. Tugendhat opta pela definição de Platão de que uma ação é justa quando dá a cada um o que merece. Na justiça corretiva pode haver o merecimento de uma compensação, como no caso do Direito Civil ou de uma pena como no Direito Penal. Se houvesse justiça, neste sentido, para os animais não humanos, quem assassinasse um cão, por exemplo, seria igualmente punido por homicídio, o que não ocorre devido a distinção de valor que é abordada em seguida pelo autor.

Tugendhat apresenta o conceito de discriminação primária aplicado aos seres humanos. Esta forma de discriminação admite haver uma distinção de valor entre os homens em razão de sua cor ou sexo, por exemplo. Embora não mencionado, o especismo também pode ser interpretado com um tipo de discriminação primária, baseado exclusivamente nas diferenças taxonômicas. E se discriminações primárias são inaceitáveis no âmbito do conceito filosófico de justiça, logo o especismo também deve ser.

A este respeito, Lacerda e Campos (2012), discutem que em alguns momentos a defesa dos animais não humanos pode soar contraditória. Há autores que reconhecem que em situações de conflitos entre os interesses de animais humanos e não humanos, pode prevalecer os interesses dos primeiros. Para Lacerda e Campos (2012), isto reforça esta desigualdade primária e dificulta a concepção de justiça reforçada por Tugendhat em que os envolvidos possuem o mesmo valor.

A discriminação secundária assume que todos os envolvidos têm o mesmo valor, mas que por razões de necessidade, mérito ou direito adquirido, os bens devem ser divididos de maneira desigual. Talvez esta seja a situação em que chegaríamos caso mesmo considerando os animais como igualmente valoráveis não lhes conferiríamos o direito de votar, por exemplo. A justiça distributiva prevê que se, algo deve ser distribuído, esta distribuição tem de ser justa, mesmo que desigual. O que verificamos é que em infinitas circunstâncias, esta noção não inclui os animais não-humanos.

Conclusão

A leitura do livro *Lições sobre Ética* de Ernst Tugendhat mostrou ser uma interessante fonte de contato com as múltiplas perspectivas filosóficas clássicas existentes, embora não apresente diretamente as possíveis implicações dessas teorias para a ética animal. Como buscamos mostrar, perspectivas como a ética da compaixão, a ética das virtudes e o utilitarismo podem incluir os animais em suas preocupações de maneira eficaz, bem como o conceito de justiça trazido pelo autor. O princípio do respeito universal kantiano foi aqui apresentado como a perspectiva de bem que melhor corresponde às nossas convicções morais. Ampliar a interpretação dos concernidos por tal concepção, pode ser um caminho bastante frutífero no sentido e incluir animais não humanos no escopo de nossa comunidade moral. Questionar as razões para a não inclusão dos animais não humanos tanto na esfera de consideração moral na sociedade contemporânea bem como nos debates atuais também se faz imperativo.

REFERÊNCIAS

- BEAUCHAMP, Tom; FREY, Raymond Gillespie. **The Oxford Handbook of Animal Ethics**. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- CASELA, A.J. Abertura ao mundo: Categorização filosófica e destino da animalidade. **Saberes**, v.1, n.6, p.115-128, 2011.
- GALVÃO, Pedro. **Os animais têm direitos? Perspectivas e Argumentos**. Lisboa: Dinalivro, 2010.
- LACERDA, B.A; CAMPOS, E.C.S. Justiça para os animais? Considerações a partir da ética de Ernst Tugendhat. **Revista Interdisciplinar de Direito**, v. 9, p. 231-238, 2012.

MACINTYRE, Alasdair. **Dependent Rational Animals: Why Human Beings Need the Virtues**. 2. ed. Illinois: Open Court, 2001.

NACONECY, Carlos Michelin. **Ética e Animais**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

PANAMAN, Roger. **Animal Ethics Encyclopedia: Virtue Ethics**. Disponível em: <<http://www.animaletics.org.uk/virtue-ethics.html>>. Acesso em 10 de dezembro 2017.

TUGENDHAT, Ernst. **Lições sobre ética**. 8. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.